

Sobre interpretações e superinterpretações – tensões e limites

Ana Paula Grillo El-Jaick

Mestre e Doutoranda em
Estudos da Linguagem pela PUC-Rio

O presente trabalho é uma tentativa de tratar a questão da interpretação sob uma perspectiva wittgensteiniana de linguagem. Mais exatamente do chamado segundo Wittgenstein, já que o primeiro, o do *Tractatus Logico-Philosophicus*, acreditava que haveria uma linguagem lógica, única, subjacente à linguagem cotidiana. Segundo ele, se chegaria a essa linguagem única através de cálculos, de uma análise lógica. O segundo Wittgenstein, das *Investigações Filosóficas* (doravante IF), abandona essa idéia – podemos dizer, chegando ao máximo da síntese, que ele troca a visão de cálculo pela de *jogos de linguagem*.

Antes de mais nada, tal concepção da linguagem como jogo é uma crítica a uma teoria do sentido que toma como modelo o paradigma nome/coisa, objeto/designação, que Wittgenstein encarna na figura de Santo Agostinho. De fato, é com uma citação das *Confissões* de Agostinho que ele abre suas *Investigações*, não para reiterá-la, mas, antes, para combatê-la, para derrubar a crença de que a linguagem somente denota objetos. O santo descreve como ele próprio se lembra de ter aprendido sua língua através do que Wittgenstein chamou de *ensino ostensivo das palavras*. Segundo esse método, explica-se o significado de uma palavra através de um gesto dêitico – quer dizer, o apontar para um objeto – seguido de um enunciado do tipo *Isto é isso-assim-assim*. Contudo, diz Wittgenstein, não se ensina a uma criança o significado de uma palavra se ela ainda não sabe perguntar por ele. Estabelecer uma ligação associativa entre um nome e uma coisa, pensar que quando alguém ouve uma palavra, a imagem do que essa denota figura na sua mente como uma projeção imagética interna, pode

também acontecer quando se está jogando esse jogo de nomear objetos. Wittgenstein não recusa que uma criança possa aprender o nome do objeto através desse ensino ostensivo das palavras; contudo, o ponto que ele ataca é que essa ligação associativa entre um nome e uma coisa – ou mesmo de uma imagem interna da coisa – seja o *significado* da palavra. A significação de uma palavra, diz Wittgenstein, é seu *uso* na linguagem (IF § 43). Saber como uma palavra é usada e aceita como lance dentro de um jogo é saber o que ela significa. Para isso, se toma parte no jogo – ou seja, a linguagem é uma *práxis* constante. Dizer e fazer são ações indissociáveis.

Rompendo com o paradigma clássico de representação, Wittgenstein desfaz a idéia de que haja um mundo estruturado de um lado, e uma linguagem também estruturada de outro, que vá reproduzir a estrutura do mundo. Não há essa separação entre linguagem e realidade: a linguagem é também o que ele chama de uma *forma de vida*. O uso que se faz dela, a significação das palavras de uma língua, são atos estabelecidos dentro de uma forma de vida, quer dizer, dentro de uma comunidade social, historicamente definida. Esse uso, esse fazer lingüístico dentro de uma comunidade lingüística, é o que dá significância às palavras.

A linguagem, para Wittgenstein, ao contrário do que muitos filósofos já defenderam, está longe de ser precária, defeituosa, incompleta. A fala é uma atividade exercida conforme é determinado pelas variadas formas de vida e nada mais é necessário para que a língua assim funcione. Da mesma forma que o mundo, por mais imperfeito e tortuoso que possa nos aparecer, é ele mesmo o que chamamos realidade, onde vivemos dentro de formas de vida, onde fazemos e dizemos linguagens. Supor que denotar objetos seja a única função da linguagem é empobrecer a multiplicidade possível de jogos dos quais ela é propulsora. Tal pluralidade não tem nada de fixa, tampouco é limitadamente estabelecida. Reconhecemos que são jogos de linguagem pelas semelhanças que carregam, assim como identificamos membros de uma mesma família por seus traços compartilhados. Daí Wittgenstein utilizar a expressão *semelhanças de*

família para caracterizar essas similitudes que escapam a uma conceitualização estanque desse exercício que efetuamos constantemente chamado *linguagem*. Assim, tanto a reza quanto a blasfêmia, um poema de amor ou uma cantiga de escárnio, são jogos permitidos e exercidos pela – e da – linguagem.

Contudo, também os jogos de linguagem possuem *regras*. O jogo de linguagem da descrição tem algumas, bem como o jogo da linguagem ficcional tem lá das suas. Compreender uma regra é saber como usá-la, é saber agir em conformidade com ela ou na sua discordância. Como membro de uma forma de vida, somos habituados para sermos capazes de usar e reconhecer as regras do jogo que estamos jogando. Ou seja: as regras não são entidades autônomas, mas instituídas e desempenhadas pelos jogadores que estão em campo.

O jogador não é obrigado a seguir a regra, mas, caso não o faça, estará jogando um outro jogo – pelo menos naquele momento, dentro daquela comunidade lingüística, dentro daquela forma de vida. Isso porque as regras podem mudar: o que era a norma num dado período pode vir a não ser mais em outro. Artistas e cientistas, inclusive, costumam ser jogadores acostumados aos lances mais arriscados. Em geral, são eles os que *viram a mesa, quebram a banca, furam a onda*. Entretanto, aqui cabe uma advertência antes do xeque-mate: por mais revolucionárias que possam ser suas jogadas, elas não podem ser tão radicalmente novas a ponto de os outros jogadores não as reconhecerem mais como fazendo parte daquele jogo. A linguagem aceita mudanças o tempo todo, mas essa tolerância é equilibrada por uma intolerância do outro lado do cabo-de-guerra. Ao contrário do que possa parecer para espíritos mais *libertários*, tal fato não constitui uma imperfeição da linguagem. Pode ser tido mais como um mecanismo de controle, como um obstáculo para o incomunicável.

Porque a compreensão é uma condição permanente para se continuar o jogo. Assim como o dizer, também o compreender é uma *práxis*. É uma habilidade que implica em saber como lançar mão das regras de um jogo para entender o que é dito – e feito –

em incontáveis atividades lingüísticas. E uma vez que tais regras são de domínio público, considerar que um indivíduo tenha compreendido um enunciado é fruto de uma medição realizada por critérios externos. Qualquer palavra só ganha significado como parte de um jogo de linguagem – que é exercido, por sua vez, dentro de uma forma de vida comunitária. Uma proposição corresponde a uma jogada e não faria sentido fora do sistema – ou jogo – de que faz parte. Por isso, a compreensão não é algo interno e privado de um sujeito; o significado é aceito ou descartado enquanto produto concebido dentro de uma forma de vida.

A interpretação (como uma espécie de *jogo de linguagem interpretar*), imaginável nos moldes wittgensteinianos como uma das múltiplas possibilidades de que a linguagem é capaz de desempenhar, é, também, uma *prática* – o dizer e o fazer consubstanciam-se num só ato. Sendo um feito executado dentro de uma forma de vida, sua discrepância ou conveniência será conforme responda ou não às regras determinadas por tal comunidade lingüística. Como a linguagem resiste a uma fixidez, preferindo o lúdico dos jogos, o significado e a compreensão não são passíveis de descrição aprisionadora. Não havendo um sentido determinado e cristalizado do significado lingüístico, não há apenas uma interpretação certa e calculada, mas uma diversidade de leituras possíveis a partir de um mesmo texto. Dessa forma, o jogo de linguagem interpretar se defende de tentativas de redução a uma só maneira de se jogar. Do mesmo modo que a linguagem não é única e exclusiva, a interpretação concebe diversos modos de dizer e fazer interpretativos. Não que Wittgenstein torça pela indeterminabilidade, mas ele resiste à exigência dogmática por uma unicidade de sentido. O caráter fugidio do significado – e da interpretação desse significado – não é uma precariedade da linguagem; antes, é uma preciosidade. As várias leituras que a ação interpretativa sobre o texto torna viável lembram que em nem todos os jogos há o ganhar e o perder. Não há concorrência entre o jogador-interpretante e o texto-interpretado. Também a boniteza do jogo de linguagem interpretar se revela na sua capacidade para mostrar que linguagem e realidade são inseparáveis. A criação de

mundos possíveis através da – e na – literatura é como tatuagem: não se distingue mais o que é desenho do que é pele. Dada a abrangência desse *jogo de linguagem interpretar*, várias modalidades suas podem ser reconhecidas: elementos estão presentes numa categoria que se perdem em outra, traços característicos surgem e desaparecem. Porque a interpretação abarca prosa e poesia, auto-ajuda e hermetismo. O ato da leitura remete a formas de vida tão diversas, desde os claustrofóbicos processos kafkianos aos fabulosos personagens de Esopo. Entre todas essas diferentes formas de vida, reconhecemos semelhanças como que vindas de uma mesma família, sendo regidas por regras, que participam na construção dos sentidos.

Quanto a essas regras, no jogo de linguagem a que chamamos *literatura*, elas não se dão de forma diferente das de outros jogos: são indefiníveis, porém inegáveis. As regras são estabelecidas pela intersubjetividade dentro de uma forma de vida, e saber seguir esses regulamentos é também uma ação para a qual o jogador se vê delegado. Também aqui no jogo de linguagem interpretar, está na manga do jogador se este quer ou não seguir a norma instituída. Contudo, caso se decida por não fazê-lo, o jogador-leitor estará jogando um jogo outro – que, aproveitando a conceitualização usada pela teoria literária contemporânea, pode ser chamado de *superinterpretação*. Nesse caso, o interpretante muda tão livremente as regras do jogo interpretar, sem puxar as rédeas da sua imaginação, que os demais jogadores não mais reconhecem o resultado como uma leitura plausível de um determinado texto. Daí se perceber esses (super) interpretantes como jogadores de outro jogo, que pode ser chamado *o jogo de linguagem superinterpretar*. Os adeptos desse esporte buscam declaradamente extremar os limites do que seria uma leitura aceitável pelos princípios instituídos através de algumas formas de vida – sejam acadêmicas, midiáticas, mas enfim, todas públicas – envolvidas com o fazer literário.

Quando Jonathan Culler, por exemplo, afirma em seu artigo “Em defesa da superinterpretação” que só uma *interpretação extremada* originaria uma *leitura*

interessante (CULLLER citado em ECO, 1993, p. 130), ele levanta a questão de quanto o significado – e, em decorrência, sua compreensão e interpretação – pode deslizar na sua obstinação por não se deixar capturar.

Se o segundo Wittgenstein abandonou a idéia de uma linguagem lógica única e calculável e admitiu a vagueza do sentido, por outro lado não comprou a idéia da indeterminação absoluta do significado lingüístico. Quando fala de regras, o filósofo lembra que a oscilação do signo lingüístico não é totalmente arbitrária. Se assim fosse, isto é, se o jogador-interpretante decidisse ao seu bel-prazer fazer perguntas que não são necessárias àquele texto e, da mesma forma, encontrasse somente as respostas que lhe conviessem, a interpretação estaria sendo efetuada como uma atividade tirânica.

A proposta de leituras as mais *deslizantemente extremadas* pode ser mesmo bastante sedutora. Porém, analisando essa proposta mais detidamente, percebemos que ela abre trilhas para se percorrer um caminho totalmente diverso dos limites que o signo lingüístico delimita, como pertencente a uma forma de vida histórica e social.

Richard Rorty também é um teórico que parece estar defendendo uma idéia encantadora, de uma total liberdade interpretativa, quando valida o uso indiscriminado de um texto para os propósitos particulares dos leitores (cf. RORTY 1997, 1993). Só que, ao contrário, o ponto ao qual pretendo chegar aqui é que tal postura só incentiva uma *tiranía interpretativa*. Isso porque essa modalidade mais selvagem de relativismo se aproveita da certeza plenamente admissível de não haver um significado transcendental que paire no mundo das idéias dos significados dos livros, para saltar para o extremo oposto que é não permitir nenhum tipo de estabilidade ao signo lingüístico. Daí para a ditadura do jogador-leitor que impõe ao texto sentidos que o próprio não sustenta.

O relativismo total que algumas teorias contemporâneas da interpretação acabam por sustentar se aproveita do fato de que realmente *não* há um significado *autônomo* num texto. Dito em outros termos, a pretensão idealista de se estabelecer de uma vez por todas o significado das palavras acaba sendo frustrada pela concretude dos variados

usos de uma mesma expressão lingüística, que desvela sua textura escorregadia. Até aqui, estamos de acordo. Minha crítica se volta para o fato de que tais concepções *superinterpretativistas* de leitura se esquecem de indagar em que *grau* de aceitabilidade as diversas interpretações propostas por seus seguidores *respondem* ao texto. Isso quer dizer, como sustenta Umberto Eco, que há uma *intenção do texto* que não deve ser desconsiderada (ECO, 1993, p. 29). Pelo contrário, se a interpretação não é um jogo em que haja um vencedor, se não há concorrência entre leitor e texto, existe uma cooperação entre o que quer ser falado e quem quer interpretar o que ali está sendo dito. Ou, nas palavras de Umberto Eco:

A intenção do texto não é revelada pela superfície textual. [...] É preciso querer “vê-la”. Assim é possível falar da intenção do texto apenas em decorrência de uma leitura por parte do leitor. A iniciativa do leitor consiste basicamente em fazer uma conjectura sobre a intenção do texto (ECO, 1993, p. 75).

O perspectivismo wittgensteiniano permite diversos sentidos para o significado lingüístico praticado dentro de um jogo de linguagem. Não há uma verdade única sustentada por uma palavra que deva ser perseguida pelos falantes. Infinitas são as respostas possíveis para um mesmo questionamento, embora dentro de limites traçados pelo jogo de linguagem que se estiver jogando. É como na matemática: no limite delineado entre os números 1 e 2 há uma infinidade de outros números – basta que vá se adicionando casas decimais 1,1..., e assim sucessivamente –, ainda que dentro desse limite estabelecido pelos dois números inteiros. Ou seja, a estabilidade do signo lingüístico mostra sua resistência a que se valide qualquer compreensão. Contudo, esse mesmo signo lingüístico tem a generosidade de se deixar vislumbrar por muitas perspectivas diferentes.

Dizer que nem todo sentido é válido não visa apregoar nenhuma espécie de censura à linguagem. Longe disso, o que se busca é apontar para uma intolerância existente na própria linguagem, isto é, um cuidado que o uso de uma língua impõe aos

seus falantes. Afirmar que o significado lingüístico desliza não significa dizer que ele resvale em qualquer lugar.

A interpretação é um jogo que admite o traçado tanto de muitas curvas quanto de uma reta até a linha de chegada, não tem faixa etária recomendada para ser jogado, mas exige limites e regras. Felizmente, ainda há quem faça suas apostas.

Referências bibliográficas

- CULLER, J. Em defesa da superinterpretação. In: ECO, U. *Interpretação e superinterpretação*. São Paulo: Martins Fontes, 1993. (Coleção Tópicos).
- ECO, U. *Os limites da interpretação*. São Paulo: Perspectiva, 2000.
- _____. *Interpretação e superinterpretação*. São Paulo: Martins Fontes, 1993. (Coleção Tópicos).
- GLOCK, Hans-Johann. *Dicionário Wittgenstein*. Trad. Helena Martins. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- GRAYLING, A.C. *Wittgenstein*. Trad. Milton Camargo Mota. São Paulo: Loyola, 2002.
- MARTINS, H. "Sobre a estabilidade do significado em Wittgenstein". *Veredas*, revista de Estudos Lingüísticos da UFJF, Juiz de Fora, n. 7, 2001.
- MCGINN, M. *Routledge philosophy guidebook to Wittgenstein and the Philosophical investigations*. London and New York: Routledge, 1998.
- RORTY, Richard. *Objetivismo, relativismo e verdade*. Trad. Marco Antônio Casanova. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1997. (Escritos Filosóficos, v. 1)
- _____. A trajetória do pragmatista. In: ECO, U. *Interpretação e superinterpretação*. São Paulo: Martins Fontes, 1993. (Coleção Tópicos).
- WITTGENSTEIN, L. *Tractatus Logico-Philosophicus*. Tradução, apresentação e estudo introdutório de Luiz Henrique Lopes dos Santos. [Introdução de Bertrand Russell]. 3. ed. São Paulo: USP, 2001.
- _____. *Da certeza*. Lisboa: Edições 70, 1998.
- _____. *O livro azul*. Lisboa: Edições 70, 1992.
- _____. *O livro castanho*. Lisboa: Edições 70, 1992a.
- _____. *Fichas (Zettel)*. Lisboa: Edições 70, 1989.
- _____. *Investigações Filosóficas*. Trad. José Carlos Bruni. São Paulo: Abril Cultural, 1975. (Coleção Os Pensadores).